

O ESTADO DE NATUREZA EM ROUSSEAU¹

THE STATE OF NATURE ON ROUSSEAU

Gislene Santos²

Resumo: Busca-se entender a categoria Natureza no pensamento rousseauiano. Os textos interpretados e analisados são o *Primeiro Discurso*, o *Segundo Discurso* e o *Contrato Social*. Argumenta-se que Rousseau criou uma própria ideia de natureza, entendida enquanto funções distintas entre si: i) a natureza tanto pode ser regra de comportamento, como conjunto de leis mecânicas; ii) essência humana, que significa o que o homem tem de próprio e lhe foi dado antes da História e da cultura; iii) há a natureza intempestiva que rompeu com o estado de letargia do homem primitivo; iv) há ainda as paisagens naturais, belas para serem contempladas em variadas formas e cores; v) a natureza enquanto recurso natural no *Contrato Social*.

Palavras-chave: Natureza, Jean-Jacques Rousseau, estado de natureza.

Introdução

“Não procuremos perfeição fora da natureza”.
“Ó natureza, ó minha mãe! eis-me aqui sob tua guarda.” (Livro XII *Confissões*)

Desiludido com a sociedade, afastado dos amigos, perseguido, sem moradia certa, somente a natureza poderia trazer-lhe a paz, o refúgio e a tranquilidade de que tanto precisava. A sociedade era por demais imperfeita, o homem um degenerado, os amigos, umas raposas. Não seria entre os homens que sua boa alma encontraria o refúgio, mas sob a proteção e o aconchego da natureza.

Quando se evoca Jean-Jacques Rousseau, de certa maneira sua imagem se configura como o pensador que foi “amigo da natureza” e que se tornou a voz mais vibrante, na França do Século das

Abstract: This paper will discuss the state of nature on Rousseau's thought. The texts interpreted and analyzed are *First Discourse*, *Second Discourse* and *The Social Contract*. I will argue that Rousseau created his own idea of nature. This idea has different functions: i) nature can be both a rule of conduct and a set of mechanical laws; .ii) a human essence, that is, what is proper of man and what he or she has before History and culture; .iii) untimely nature which broke up with the lethargic state of the primitive man; iv) natural landscapes with its beautiful colors and shapes; v) nature as a natural resource in the *Social Contract*.

Keywords: Nature, Jean-Jacques Rousseau, State of Nature.

Luzes, a lamentar o afastamento do homem em relação à natureza. Crítico da ciência e da razão, tornou-se apologista da natureza. Desiludido com a degeneração do seu tempo, a construção da boa história estaria no reencontro do homem com a natureza. Opondo-se aos costumes urbanos parisienses, a saída do homem estaria não na cidade, mas no campo. Desconfiado em relação à arte e ao comércio, valoriza a agricultura como a única atividade que integralizaria o homem. A natureza está em todas as suas posições.

A palavra *natureza* entretanto, não é tão simples como se nos aparenta no primeiro momento. Mesmo Rousseau tanto vezes a invocando, isso não significa que a natureza tenha sempre o mesmo sentido em seu pensamento. Natureza pode significar muitas coisas ao mesmo tempo, e coisas opostas. Apenas para ilustrar a polivalência da palavra, vejamos algumas definições

¹O presente artigo é uma síntese da dissertação de mestrado *A ideia de natureza em Rousseau: introdução a um debate*. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, 1998. 162 p.

²Professora Adjunta do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Paraná – UFPR.

de natureza:

A. Princípio que se considera produzir o desenvolvimento de um ser, e realizar neste um determinado tipo. **B.** Essência de um gênero, conjunto das propriedades que o definem. (...). **C.** (...) tudo o que é inato, instintivo, espontâneo, (...); opõe-se àquilo que é adquirido pela natureza individual ou social; **D.** Características particulares que distinguem um indivíduo; (...). **E.** O conjunto de coisas que apresentam uma ordem, que realizam tipos ou se produzem segundo leis (...); **F.** O conjunto de tudo o que Deus criou. (...)³

O imbróglio é grande e nos evidencia o grau da dificuldade que é precisarmos uma definição de natureza utilizada por Rousseau. Se adotarmos, por exemplo, a definição **c** como o único sentido que Rousseau confere à natureza, nosso trabalho estará fadado ao fracasso. Apesar de Rousseau aparentar ser um crítico das convenções e dos artifícios e sentir-se aconchegado e protegido pela natureza, sua natureza não é nada instintiva. Em o *Emílio* (1762), livro que trata da educação pela natureza, Rousseau não segue em momento algum essa terceira concepção⁴. Opta pela quinta, a natureza enquanto ordem, lei e regularidades, e para isso ele recusa o sentido de natureza como instintivo e espontâneo, sobrepondo-lhe a virtude, mais próxima da definição **e**. A natureza em Rousseau não é tão natural e plenamente adepta da filosofia romântica como a primeira vista nos parece.

Para o presente artigo temos o compromisso de entender mais detalhadamente o significado que Rousseau atribui à natureza. Com pensador político, Jean-Jacques Rousseau incluiu em suas reflexões muitas questões que merecem ser estudadas: o trabalho, a alienação e a educação, entre outros. Mas, nosso recorte aqui será dado ao sentido atribuído ao *estado de natureza*, visto que este estado se constituirá no mais valioso recurso histórico e hipotético que Rousseau

empregará para entender a ruptura do homem em relação à natureza, sua entrada na sociedade civil e o programa político presente em *Do Contrato Social*. Na primeira seção, apresento o quadro substancial do *Primeiro Discurso* (PD), primeiro escrito político de Jean-Jacques Rousseau. Na seção 2, o *Segundo Discurso* (SD), emerge as condições históricas para a queda do estado de natureza. Na terceira seção, apresentamos categoricamente o *estado de natureza* e finalizamos, quarta seção, com a natureza invocada em *Do Contrato Social*. Metodologicamente o *Primeiro Discurso* (PD), o *Segundo Discurso* (SD) e o *Contrato Social* serão as fontes textuais documentais analisadas. No decorrer, entretanto, o leitor perceberá que outras obras de Rousseau como *Emílio*, *A Nova Heloísa* e os *Devaneios do Caminhante solitário* serão referenciados. Mas a força da análise reside sobre os seus primeiros escritos.

1. Primeiro Discurso

Quando se lê Rousseau, principalmente os seus escritos não diretamente políticos⁵, o que impressiona é sua necessidade, bem característica de sua personalidade, de querer justificar para os outros e para si mesmo que fez uma escolha de vida que o difere do seu tempo e do seu lugar. No momento em que se fundamenta a crença e o valor da razão, Rousseau reverencia o sentimento e a contemplação da natureza; enquanto os viajantes das Luzes fazem o seu tour pela Europa urbana, Rousseau peregrina pelos Alpes Suíços (ainda que imaginariamente) e exalta os costumes simples campesinos; no momento em que Paris é a grande metrópole cultural, Rousseau se isola no L'Ermitage.

Rousseau é um homem de atitudes radicais. Em pleno século em que a literatura romanesca é considerada marginal, escreve *A nova Heloísa*, que se tornou um dos seus livros mais vendidos e lido de sua época. Suas agudas críticas à filosofia das Luzes, colocam-nos na difícil posição de classificá-lo:

³LALANDE, A. (1996). *Vocabulário Técnico e Crítico da Filosofia*: São Paulo:Ed. Martins Fontes, pp. 720-725.

⁴*Emílio* ou da educação é um tratado que Rousseau elabora sobre como formar um homem para viver em sociedade. Considerando que para educar um homem é preciso abrigá-lo desde criança, Rousseau inventa um aluno imaginário – Emílio – e um preceptor (que é o próprio Rousseau). Cabe a esse preceptor acompanhar o menino do nascimento até a sua idade adulta, quando então se torna homem. É para cumprir tal trajeto que Rousseau estrutura o livro em cinco partes, correspondendo, cada um, respectivamente, a uma fase da educação do Emílio.

⁵Em Rousseau, nada se isola do político; mas tomamos aqui como critério de escritos não políticos os que são essencialmente mais subjetivistas, ou seja, consideramos as *Confissões*, o romance *A nova Heloísa* e os *Devaneios do caminhante solitário*.

iluminista ou anti-iluminista? Porém, esta questão não pretende enfatizar que Rousseau seja um indivíduo hostil e mutilado à modernidade das Luzes. Ao contrário, Rousseau não é nenhuma exceção na filosofia das Luzes. Suas reflexões estão contidas no ideário iluminista. Invocou em suas reflexões a razão e a natureza, mas mesmo aproximando-se desse ideário consolidou sua verve própria. Concedeu à razão poderes limitados, acrescentando outras faculdades para o conhecimento, como o sentimento e a consciência. Sua produção efetiva-se na segunda metade do século XVIII, quando, em 1749, a Academia de Dijon propõe a seguinte questão como tema de concurso: “O restabelecimento das Ciências e das Artes terá contribuído para aprimorar os costumes?”. Rousseau participa e é agraciado em primeiro lugar e, em 1750, publica o *Primeiro Discurso* intitulado *Discurso sobre as ciências e as artes*.

Rousseau inicia o seu discurso não criticando de imediato a ciência, mas louvando as Luzes, o avanço da razão. Mas, em seguida, ele acrescenta que o mais difícil é estudar a si mesmo. No primeiro momento, temos a impressão de que, de fato, Rousseau está reverenciando o avanço destes dois conhecimentos: da ciência e da moral. Mas, à medida que o discurso transcorre, sua tônica é clamar que o avanço da ciência e das artes não é acompanhado pelo avanço da moral. Quanto mais avança a ciência, mais a virtude e a moral entram em decadência. Sua resposta à academia de Dijon é um peremptório “Não!”. Nem as ciências e tampouco as artes têm contribuído para o engrandecimento do homem. A ciência desviou-se do seu propósito. Em lugar de ser uma busca de autocompreensão para auxiliar os homens e engrandecer a pátria, tornou-se um exercício de vaidades, uma ostentação de luxo, tornando-se uma atividade ociosa. Reconhece que, apesar de termos elevado o grau de nosso conhecimento esta não nos proporcionou dignidade entre os homens. “Temos físicos, geômetras, químicos, astrônomos, poetas, músicos, pintores: não temos mais cidadãos ou, se nos restam alguns deles dispersos pelos nossos campos abandonados, lá perecem indigentes e desprezados”. (PD, p. 357).

Na primeira parte do *Primeiro Discurso*, Rousseau evidencia as conseqüências da ciência como a urbanidade, a corrupção dos costumes, o luxo e a alienação; no segundo momento, não somente lamenta a degenerada perversidade social

e cultural gerada pela ciência, mas contesta a ciência em seu estatuto epistêmico. “Se nossas ciências são inúteis no objeto que se propõem, são ainda mais perigosas pelos efeitos que produzem.” (PD, p. 351). Para atingir a verdade, a ciência deve passar por fases de muitos erros, e mesmo assim nada nos garante que a ciência se aproxime da verdade. Sua crítica, apesar de apontar a fragilidade epistemológica da ciência, é dada ao valor incondicional dado à ciência, quando ela, segundo Rousseau, pode nos levar aos erros e ilusões. Sua posição é que não se deve incentivar nem superestimar o papel da ciência na sociedade, pois existem, a seu entender, outras possibilidades de captar o mundo que não passam somente pela ciência e pelos livros. A confiabilidade excessiva no esclarecimento, tão defendida pelos enciclopedistas, pode levar-nos ao uso abusivo da razão, e a razão possui limites: não é tudo que a razão pode conhecer. É preciso que nos voltemos para outras faculdades humanas, como o sentimento e a consciência.

Porém, se a sociedade já está tão pervertida é ainda possível, pela imaginação vislumbrar um tempo bem distante, quando os homens viviam felizes, pois viviam na simplicidade, dependendo apenas da natureza. “Não se pode refletir sobre os costumes, sem se comtemplar com a lembrança da imagem da simplicidade dos primeiros tempos.” (PD, p. 354). Aqui já se prefigura a noção hipotética do estado de natureza que Rousseau utilizaria para opor-se à perversão da sociedade do seu tempo.

Em síntese, neste *Primeiro Discurso* já se encontra a verve temática rousseuiana: crítica ao desenvolvimento da ciência que ocasionou a corrupção dos costumes, a separação do homem da natureza e sua conseqüente alienação.

2. Segundo Discurso

O *Segundo Discurso* constitui-se em um dos trabalhos mais instigantes e bem elaborados dos escritos por Rousseau. Primeiro, com 42 anos de idade já é um homem intelectualmente maduro, não somente pelas leituras feitas durante anos, como também pela sua conflituosa experiência de vida. Já é reconhecido, depois do *Primeiro Discurso*, como escritor; segundo, o que é mais importante, o *Segundo Discurso* possui um método de reflexão: Rousseau reconhece que a desigualdade entre os

homens não pode ser entendida somente opondo-a às ciências e às artes, mas compreendida pela história (ainda que hipotética). Para tal projeto, Rousseau, como qualquer outro iluminista, faria uso da natureza, porém sua forma seria singular: a natureza ocupa papel fundamental, não como cenário e tampouco como elemento de contemplação. A natureza seria compreendida como instância mediadora de conflitos: foi por sua adversidade que os homens tiveram de vencê-la e daí a entrada na história. A história vence, mas o homem que aí surge nasce degenerado. A natureza perde para a história, porém a partir daí seria instalada a queda humana.

Em sua perspectiva, o estado de natureza possui uma história, e, diferentemente de seus contemporâneos e dos interlocutores, a natureza é prenhe de conflitos. Parte do princípio de que o homem se tornou civilizado porque ele se afastou da natureza. É nesta separação que a desigualdade se instala, pois quando viviam em plenitude no estado de natureza, o homem era livre e feliz. Nada lhe faltava, pois nada exigia. Viviam do que a natureza lhes oferecia, sem esforço e sem trabalho. O homem vivia isolado, associava-se o mínimo necessário e não tinha nenhum artifício. A natureza era acolhedora e satisfazia suas necessidades, pois não havia desejos e nem luxos. O homem possuía somente a si mesmo. Meigos e piedosos, instintos que a natureza lhes proveu, viviam na indolência do estado primitivo. O homem nesse estado não tinha curiosidade, nem medo e nem paixões. Do mesmo modo que se acasalavam, eles se separavam. Eram livres, pois viviam apenas da satisfação de suas necessidades e a natureza os servia.

Quando descreve assim o estágio inicial do estado de natureza, Rousseau procura demonstrar que a sociedade é contra a natureza. Como os jusnaturalistas, Rousseau concorda que a sociabilidade é natural, mas essa socialização não foi pacífica. A natureza levou o homem a se socializar, mas essa mudança não foi linear, pois o equilíbrio no qual viviam, no estado de natureza, entre a necessidade e a oferta, foi rompido. Por circunstâncias fortuitas, do acaso, a natureza levou o homem a se modificar. Mas como o homem venceu

as adversidades naturais? Em Rousseau, esse é mais um ponto interessante. O homem é natureza, mas também é diferente das outras espécies naturais, pois ele possui a faculdade da *perfectibilidade*, e assim pôde construir instrumentos e vencer a natureza, diferentemente dos animais.

Esse processo é longo e possui suas revoluções. A passagem do estado de natureza para o estado civil não é isento de conflitos e de perdas para o homem. Um longo processo de socialização vai se constituindo: pequenos bandos, grupos, famílias e, paralelos aos surgimento destas pequenas comunidades, os instintos naturais como o *amor de si*, a *piedade* e a *compaixão* vão se alterando em vícios: amor-próprio, orgulho, vaidade. Entretanto, no primeiro momento em que o homem vence a natureza pela *perfectibilidade*, ele não cai na depravação e na decadência. A história, nesse momento, ainda está aberta a possibilidades. O fim do estado de natureza e a fundação da sociedade civil se deflagra com a demarcação do “meu”, com a instituição da propriedade privada⁶. A desigualdade se efetiva, pois nem todos serão proprietários, e a submissão se instala. A liberdade natural é perdida em troca da submissão civil; todos se alienam, pois se desenvolve uma teia de dependência na qual os ricos necessitam da servidão dos pobres e estes, dos favores dos ricos.

Rousseau critica ainda o surgimento das instituições políticas nesta passagem (estado de natureza para o estado civil) que já nascem corrompidas. Estando o rico inseguro diante do roubo dos seus bens e temeroso da violência diante de sua vida, propõe aos mais fracos e pobres um acordo de união com o fim de instituir regulamentos de justiça e paz, “aos quais todos sejam obrigados a conformar-se”. (SD, p. 269). Rousseau entende, porém, que esse pacto somente acarretou desvantagens para os mais desfavorecidos, pois a instituição política que se estabeleceu prescreveu regras apenas para a garantia e a segurança dos mais ricos, dando “novos entraves ao fraco e novas forças ao rico” (*Segundo Discurso*, p. 269). Segundo Ehrard, esta é a via mais pessoal de Rousseau. Ao estabelecer o surgimento da propriedade privada ligada diretamente ao Estado, Rousseau considerou

⁶A questão da crítica à propriedade privada não é apresentada apenas por Rousseau. Segundo Ehrard (1970), Meslier também no século XVIII aponta que um dos maiores males da sociedade é a propriedade individual. Mas desemboca num liberalismo político no qual o livre comércio para a burguesia poderia remediar todas as diferenças sociais. Já no século XVII, Locke considerava a propriedade um direito natural legitimado pelo trabalho. Coletar frutos de uma árvore, já que dispndia esforços, implicava possuir os bens da natureza.

esta instituição não como “um árbitro imparcial entre as classes, mas o instrumento de opressão de uma classe a outra”. (Ehard, 1970, p.307).

Rousseau apresenta assim seu pessimismo histórico: ao vencer a natureza, o homem se tornou um ser malvado e pervertido. Qual a solução? Quando Rousseau descreve o homem no estado de natureza, ele o apresenta como naturalmente bom. A natureza dotou o homem de instintos benévolos, foi a sua entrada na sociedade que alterou toda sua benevolência em vícios e maldades. Tem a crença de que por ser o homem naturalmente bom, talvez seja possível ainda resgatar seus sentimentos naturais. Se a história, no plano coletivo degenerou-se, ainda nos restam os indivíduos, daí os futuros personagens fictícios como Emílio, Júlia, Saint-Preux⁷, virtuosos homens que escutam a voz do coração, pois é no nosso interior que vamos encontrar os benévolos instintos naturais, como a compaixão e o amor de si.

3. O estado de natureza

O *Segundo Discurso*, é o momento em que Rousseau elabora a genealogia do estado de natureza. Entranhado na floresta Saint-Germain, Rousseau propõe-se a entender a desordem no plano da história. Se o universo e a natureza eram entendidos por Rousseau como a representação de uma harmonia designada pela vontade da criação, o que levou o homem, “rei da criação”, a perverter a ordem ditada pelo criador? Em outras palavras, indigna Rousseau o fato do universo, natureza e homem, provindos de uma mesma vontade, poderem rivalizar entre si e desencadear um desordem no plano da criação. Como pode o movimento da natureza, tão perfeito, com cada ser ocupando um papel definido, não ser compartilhado pelo mesmo movimento de perfeição na escala humana? Quando volta os seus olhos, tão maravilhados com a relação da ordem natural para o movimento da história, ele se surpreende com tamanha desordem. O mal existe sobre a terra.

Mas, quando, para depois conhecer meu lugar individual em minha espécie,

considero as diversas posições sociais e os homens que as ocupam, que acontece comigo? Que espetáculo! Onde está a ordem que observei? O quadro da natureza só me oferecia harmonia e proporções, o do gênero humano só oferece confusão e desordem! O concerto reina entre os elementos e os homens estão no caos! Os animais são felizes, só seu rei é miserável! Ó sabedoria, assim regerá o mundo? Ser beneficente, que se transformou seu poder? Vejo o mal sobre a terra. (*Emílio*, Livro IV, p. 374).

Os homens se tornam frívolos, galantes, vaidosos, medrosos e escravos. Perderam a sua própria natureza, aquilo que lhes era de mais íntimo e essencial. Perderam seu mais profundo e sagrado princípio de existência e se tornaram estúpidos, covardes, gananciosos, depravados, vaidosos, injustos e alienados. Entre a natureza e o homem, um abismo os separa. Mas como separar seres que em sua essência fazem parte de um mesmo plano de criação? Como pode o homem se tornar tão antinatural se em tempos passados viveu tão intimamente com a natureza? É nesse sentido que Rousseau se apóia no termo tão invocado no século dos pensadores iluministas: *o estado de natureza*. Mas diferente de seus predecessores e contemporâneos, *o estado de natureza* passa a ser uma hipótese histórica. Como os naturalistas se colocam na condição de inventariantes da vida natural terrestre, Rousseau se investe de toda a confiabilidade científica e se põe a hipotetizar, a conjecturar sobre um modo de vida no estado de natureza. Mesmo reconhecendo que *o estado de natureza* talvez nunca tenha existido, Rousseau empenha-se em demonstrar que a descrição hobbesiana de estado de natureza é falsa, pois Hobbes colocou no homem natural as características do homem moderno. Hobbes representa o estado de natureza como estado de guerra. Por medo da morte e para se protegerem um do outro, o homem do estado de natureza se socializa. A socialização é entendida como processo natural, pois os homens querem ver-se livres da violência e do receio da morte. O homem nesse estado é violento e maldoso. Rousseau discorda. Afirma que a natureza sempre foi boa, e os homens

⁷Júlia, Sr. Wolmar e Saint-Preux são os personagens do romance *A Nova Heloísa*. Emílio é o aluno imaginário de Rousseau em seu tratado de educação.

no estado de natureza viviam livres e em paz. Eram fortes, rudes e solitários. Não viviam em guerra, pois isolados reuniam-se somente o necessário, não haviam disputas, guerras, competições, pois o homem não precisava colocar-se na concorrência com outros homens: a natureza não somente oferecia tudo, mas selecionava os mais aptos a viver sobre o seu domínio. O mal não está na natureza, segundo Rousseau, mas está na sociedade. A perversão ocorre quando saem do estado natural. Hobbes estava equivocado. Quando descreveu o estado de natureza como prenhe de conflitos entre os homens, ele voltava os olhos para o estado da barbárie, estágio que segundo Rousseau representa o fim do estágio de natureza. Cabia agora a Rousseau demonstrar a Hobbes e seus adeptos que houve um tempo em que os homens eram diferentes: “Os filósofos que examinaram os fundamentos da sociedade sentiram todas as necessidades de voltar até ao estado de natureza, mas nenhum deles chegou até lá. (SD, p. 235).

J. J. Rousseau se propõe a estudar este estado e chegar até o primeiro princípio do surgimento da cultura e da moralidade no homem. É necessário entender e esclarecer o processo que levou o homem a perverter-se. Daí o uso que fará do estado de natureza.

3.1. Os estágios do estado de natureza

O primeiro aviso de Rousseau logo na primeira parte do *Segundo Discurso* é que seu ponto de partida para conceber fisicamente o homem da natureza será considera-lo em uma constituição física idêntica ao homem moderno: “eu o suporei conforme em todos tempos como o vejo hoje: andando sobre dois pés, utilizando suas mãos como fazemos com as nossas, levando seu olhar a toda a natureza e medindo com os olhos a vasta extensão do céu.” (SD, p. 238)

Assim, nenhuma contribuição à antropologia física, mas o que interessa a Rousseau é sobretudo o homem em sua constituição intelectual e moral. Concebe a evolução desse homem em três estágios: no (1), o estado puro da natureza; no (2), o estado selvagem – já usando os

instrumentos de trabalho; (3), o estado da barbárie – o momento final do estado da natureza – transição para o estado civil, que se assemelha ao estado de natureza de Hobbes.

Em relação ao primeiro momento, o de estado puro da natureza – do homem primitivo, Rousseau reconhece que seu relato não se fundamenta em nenhum registro empírico: não tem provas e nenhuma evidência. Parte de um princípio hipotético – o homem primitivo é bom. Hipótese totalmente frágil, mas que suas boas intenções o levam a considerá-las como certas. É esta obsessão hipotética que leva Starobinski (1991) a afirmar que a hipótese em Rousseau se transforma em ficção histórica. Ficção, vale dizer, que se tornou o fundamento de toda a sua literatura política, pois em sua tentativa de distinguir o que é da natureza e o que é da cultura, Rousseau percorre um tempo que nunca existiu para provar que o homem é naturalmente bom. O que é muito instigante, pois se o próprio Rousseau reconhece que esse tempo e esse homem não pode ter existido, qual a garantia que nós, leitores, herdeiros da idéia do contratualismo de Rousseau, podemos ter de que o homem é originalmente bom? Mas voltemos às origens do estado de natureza. Nenhum vício, nenhuma comunicação. Confundia-se com a própria natureza, pois tudo dela recebia. Como no paraíso o homem somente desfrutava das idéias naturais. “A terra abandonada à fertilidade natural e coberta por florestas intensas, que o machado jamais mutilou, oferece a cada passo, provisões e abrigos aos animais de qualquer espécie.” (SD, p. 238). Essa fase se caracteriza pela absoluta ausência de qualquer vestígio de cultura. A natureza conforta o homem de todas as maneiras, e ao oferecer-lhe tudo, o homem nem ao menos tem consciência de sua existência⁸. Nada indaga sobre sua origem e muito menos sobre seu fim. Os seus únicos temores são a dor e a fome. E mesmo assim esses sintomas são raros, pois, corajosos, suportam a dor, e a natureza abundantemente os alimenta. Os únicos bens de que dispõe é a alimentação, uma fêmea e o repouso. Os homens e as fêmeas acasalavam-se quando necessário e separavam logo. As mães aleitavam os filhos até o momento em que eles tivessem condições de sobreviver sozinhos.

⁸Da mesma maneira que Emílio até os dois anos de idade também não tinha consciência alguma de sua existência. Podemos relacionar esse estágio da natureza como o da infantilidade, mais especificamente o da primeira idade, descrita por Rousseau em seu livro o *Emílio*.

Dispersos pela natureza, não mais se reconheciam como mãe e como filho.

Seu conhecimento acerca das coisas que os rodeava limitava-se às reações dos sentidos, pois não distinguiam perceber de sentir⁹. Não sabiam observar e muito menos contemplar a natureza. “O espetáculo da natureza, por muito familiar, torna-se-lhe indiferente; é sempre a mesma ordem, são sempre as mesmas revoluções; não possui espírito para se espantar com as maiores maravilhas (...)” (SD, p. 245). Neste estado o homem nada acrescenta à natureza. Apenas recebendo o que na natureza oferecia, não construiu nenhum artefato, nenhum instrumento que o diferenciasse da natureza. As transformações advieram quando o homem teve de vencer a natureza – e então surge a cultura. Até o momento em que a natureza era pura oferta, o homem permaneceu em seu estado de indolência. Nada de trabalho e de instrumentos. A passividade é absoluta. Não amava, não odiava. Não possuía nenhuma religião e não reverencia nenhum Deus.

Entretanto, essa indolente normalidade alterou. A natureza, que sempre oferecia, passou a restringir suas ofertas. Até então, se o homem vivia tranquilamente a aproveitar “os dons que a natureza oferecia”, sem “arrancar-lhes alguma coisa” (SD, p.260), passa a ter de enfrentar alguns obstáculos. Ocorrem alterações naturais: mudanças climáticas e vegetacionais impõem agora nova atitude do homem frente à natureza. Esta já não é mais tão pródiga. Torna-se hostil, e para sobreviver o homem terá de vencer os obstáculos naturais. Concorre com outros animais na busca de alimento, e para vencer os seus concorrentes, constrói armas.

(...) a altura das árvores, que o impedia de alcançar os frutos, a concorrência dos animais que procuravam nutrir-se deles, a ferocidade daqueles que lhe ameaçaram a própria vida, tudo o obrigou a entregar-se aos exercícios do corpo; foi preciso tornar-se ágil, rápido na carreira, vigoroso no combate” (SD, p. 158).

O homem se modifica. De passivo, põe-se a construir armas, a disputar os bens da natureza com

os outros animais. A fase primitiva se altera para o segundo estágio do estado de natureza - o de selvageria. Mas o que ocorreu que o homem na maior das indolências se põe a fabricar armas, a guerrear para não perecer diante das adversidades naturais? Ainda na primeira parte do *Segundo Discurso*, Rousseau esclarece que, mesmo confundindo-se com os demais animais na natureza, o homem é provido de outros dons que faltam ao animal. Apesar de viver instintivamente, o homem primitivo difere dos animais por possuir o dom da liberdade e da *perfectibilidade*. Pela liberdade os homens podem escolher suas ações e não permanecer passivos diante da natureza; pela *perfectibilidade* podem construir instrumentos e se diferenciar na natureza. Porém, o homem primitivo desconhece a sua potencialidade, da mesma forma que Emílio na infância vivia no “sono da razão”. Mas este desconhecimento não impede que haja virtual diferença entre o homem e a natureza. Para a *perfectibilidade* aflorar é necessário que o homem se veja em condições que ameacem a sua sobrevivência, pois a conservação de sua espécie é o seu primeiro sentimento e dos mais fortes. Rousseau assim paulatinamente vai construindo a sua genealogia. Paralelo às primeiras mudanças ocorrem outras mais adversas e, em determinado momento (Rousseau não precisa a data do evento), a natureza manifestou-se mais hostil ainda ao homem primitivo. “Anos estéreis, invernos longos e rudes, verões escaldantes que tudo consomem, exigiam deles uma nova indústria.” (SD, p.260). O paradisíaco estado se alterou. As adversidades naturais, as intempéries ocasionaram profundas transformações nesse estado de pura natureza. “À margem do mar e do rio, inventaram a linha e o anzol, e se tornaram pescadores e ictiófagos. Nas florestas, construíram arcos e flechas, e se tornaram caçadores e guerreiros.” (SD, p.160).

Diferentemente dos animais se aperfeiçoa e constrói instrumentos: o anzol, o arco. A partir daí se inicia o estado da cultura. Entre o homem e a natureza agora se interpõe novos objetos, construídos por suas próprias mãos e que não são ofertados pela natureza. Até então isolados, os homens passam a reunir-se esporadicamente em

⁹Em o *Emílio* Rousseau defende que perceber e sentir são ações cognitivas distintas entre si. Perceber é ser ativo, ir além das sensações. Emílio passaria por três fases de conhecimento: primeiro, os sentidos; segundo, a percepção dos sentidos e, em terceiro, a observação, que já é um grau de interpretação muito acima das percepções. O homem primitivo se limita a estar em um estado passivo, pois não tem capacidade para ir além do que sente.

bandos. Seus instrumentos de trabalho progredem: dos simples galhos de árvores, usam agora machados de pedra, e constroem suas rústicas choupanas de ramos (cobertos de argila e de lama) e aprendem a preparar armadilhas. O conhecimento, que até então se limitava às puras sensações, amplia-se: passa a ter noção de comparação como entre o grande e o pequeno, o forte e o medroso, paralelamente ao surgimento dos bandos, constituem-se pequenos grupos de famílias e ocorre a primeira divisão do trabalho entre a mulher e o homem. As mulheres se tornam sedentárias, a cuidar das cabanas, e os homens se dedicam a prover a subsistência da nascente família. Essa fase é considerada por Rousseau como a primeira revolução do estado de natureza. Os homens agora já reconhecem a necessidade do outro, mas não há ainda a idéia de coesão. Apesar de se constituírem em pequenos grupos familiares, são ainda errantes, e a comunicação se restringe às suas necessidades concretas, por isso um gesto, um grito basta para o entendimento. Mesmo vivendo na dependência de uma natureza que agora já não é tão pródiga, vive ainda num contato próximo com a natureza.

Mas, outro evento natural ocorre e altera o modo de vida deste segundo estado da natureza. “Grandes inundações e tremores de terra cercaram com água ou com precipício regiões habitadas; revoluções do globo separaram e cortaram em ilhas porções do continente.”(SD, p.263).

A Terra se transforma. Não é mais um único continente, mas se divide em ilhas. Se as primeiras alterações naturais (climáticas e de vegetação) levaram o homem a se culturalizar, construindo artefatos e se fixando em pequenos grupos, esta segunda alteração ocorrerá pelas mudanças profundas no estado de natureza.

Tudo começa a mudar de aspecto. Até errando nos bosques, os homens, ao adquirirem situação mais fixa, aproximam-se lentamente e por fim formam em cada região, uma nação particular, uma de costumes e caracteres, não por regulamentos e leis, mas, sim, pelo mesmo gênero de vida e de alimentos pela influência comum do clima. (SD, p.263).

Se até então viviam como errantes e concebiam a Terra como uma extensão contínua e sem diferenças, a natureza se altera: a Terra se divide em diferentes partes. Rousseau se utiliza aqui da hipótese da dinâmica dos continentes. A ideia da separação dos continentes não era uma ideia nova para os pensadores do século XVIII¹⁰, mas as deduções de Rousseau a partir desse fenômeno são muito instigantes. O que lhe interessa é entender as consequências de tais alterações na natureza para o homem. Não há como refletir sobre o homem sem pensar na dinâmica da natureza, mas, por outro lado, Rousseau não se fixa nesse ponto. Seu objetivo é desvendar como o homem passa a relacionar-se com tal dinâmica, e assim ele chega a algumas conclusões: da dinâmica dos continentes ocasiona o surgimento de uma nação. O paralelismo etimológico que Lenoble (1994) apresenta entre as palavras *natureza* e *nação* encontra em Rousseau toda sua justificação. *Natureza* (*natura* – palavra latina que significa nascimento) com *nação* (derivada da palavra latina *nati-onis* que significa nascer, povo, raça) se imbricam.

A Terra agora se mostra naturalmente diferenciada, e de cada um desses recortes se forma uma nação com seu modo de vida particular, influenciado por uma natureza cujo elemento dominante é o clima. Com o surgimento das ilhas o homem passa a localizar-se em um lugar preciso. Grupos de famílias ou bandos que então perambulavam pela imensidão da Terra se fixam em cada região e “forçados a viver juntos, teve de formar-se um idioma comum.”(SD, p.263). Uma comunicação mais articulada é constituída pelos insulares, e é através deles que se propaga e se aperfeiçoa a linguagem. Paralelamente a tais alterações, as relações se tornam mais próximas. Com a habitação fixa se estabelecem relações de vizinhança, surgindo sentimentos de amor e de ódio. O homem já necessita ser reconhecido pelo outro e daí é preciso que ele tenha certa aparência que agrade aos olhos do outro e que o envaideça. A falta de sentimentos no homem primitivo cede lugar ao orgulho e à vaidade. A cisão entre o homem e a natureza já começa a delinear-se. Mas ainda não se perderam totalmente. Rousseau relembra, com

¹⁰A referência de Rousseau à dinâmica dos continentes faz parte de uma preocupação que antecede os pensadores do século XVIII. Segundo Popp, as especulações sobre a dinâmica da Terra ou dos continentes é antiga. “As primeiras observações da grande similaridade entre os contornos leste da América do Sul e oeste da África foram feitas em 1620, por Bacon”. Cf. POPP, J. H. *Geologia Geral*. Rio de Janeiro, Ed. Livros Técnicos e Científicos, 1984. p.163.

bons olhos, esse tempo. Em seu entender, essa foi a época em que os homens viveram mais felizes. Naquele momento o homem ainda não havia se pervertido, e é nesse estágio que se situa o ideal do bom selvagem.

Enquanto os homens se contentaram com suas cabanas rústicas, enquanto se limitaram a costurar com espinhos ou com cerdas suas roupas de peles, a enfeitar-se com plumas e conchas, a pintar o corpo com várias cores, a aperfeiçoar ou a embelezar seus arcos e flechas, a cortar com pedras agudas algumas canoas de pescador ou alguns instrumentos grosseiros de música – em uma palavra: enquanto só se dedicaram à obras que um único homem podia criar, e a artes que não solicitavam o concurso de várias mãos, viveram tão livres, sadios, bons e felizes quanto o puderam ser por sua natureza, e continuaram a gozar entre si das doçuras de um comércio independente (SD, p. 265).¹¹

Contentavam-se com o que podiam construir com suas próprias mãos e divertiam-se entre si, adornados de plumas e de cores. A natureza estava presente em suas vestes, nos seus instrumentos, em suas músicas. Mesmo acrescentando novos objetos à natureza, viviam uma relação de imediatez com a natureza, pois dela retiravam todo o necessário para sua sobrevivência. Entretanto, esse estado também se alterou. O surgimento de novas técnicas como a metalurgia e a agricultura representou para Rousseau a segunda grande revolução no estado da natureza.

Esta última e decisiva alteração no estado de natureza não se dá como nos estágios precedentes, como consequência de uma adversidade natural. Como vimos, a *perfectibilidade* se põe em ação a partir do momento em que a natureza é adversa ao homem. Rousseau, entretanto, não se fixa em absoluto somente nas “conspirações naturais”¹² para compreender a entrada do homem na sociedade. Como racionalista, nem Deus e nem a natureza tem a supremacia absoluta do homem para a história. Em relação a Deus, Rousseau o compreende como a vontade primeira, mas o

homem tem a liberdade para escolher como arquitetar este mundo que lhe foi concedido por Deus. A história é do homem e não de Deus. Retirando assim qualquer invocação ao sobrenatural, Rousseau concebe que a entrada para a história foi desencadeada por duas causas: (1) o movimento da natureza (mudanças climáticas, crescimento das árvores, tremores de terra, separação dos continentes). Para sobreviver a tais intempéries, o homem instrumentalizou-se e assim pode sobreviver às catástrofes naturais. Tais eventos são vistos por Rousseau como circunstâncias fortuitas, fruto do acaso, pois a natureza para Rousseau é ordem. Esses fenômenos são acidentais, não regulares.

Mas até aqui o homem tem ainda uma relação estrita com a natureza. Todos os bens que consome ou produz provêm diretamente da natureza. Vive ainda em economia de subsistência. Desenvolve suas habilidades quando a natureza o incita. Apesar de vencer a natureza, há ainda certa harmonia entre o homem e a natureza. Em síntese, o homem não se altera não por prévia determinação, mas porque a natureza o leva a isto.

Entretanto, a partir de suas primeiras conquistas, o homem aprendeu a observar e até a imitar a natureza e pôde não somente exercer seus conhecimentos para vencer os obstáculos naturais, mas mesmo em situação de equilíbrio e ordem na natureza. É dessa forma que Rousseau apresenta o fim do estado de natureza: não mais por adversidade no plano da natureza, mas porque, mesmo em situação normal, o homem desenvolveu suas técnicas que marcam a segunda causa que deflagra definitivamente a socialização: a metalurgia e a agricultura. Não ocorre aqui nenhuma catástrofe natural, mas é o homem que, já conhecendo a natureza, pode agora rivalizar com suas forças. A metalurgia – o uso do ferro não se deu por vontade da natureza e nem por imposição natural. Em sua análise, a natureza até privou o homem do conhecimento do ferro, localizando as minas em locais de difícil acesso, distantes e escondidas dos olhares humanos.

(...) menos ainda se poderá atribuir essa descoberta a algum incêndio acidental,

¹¹ Este ideal de Rousseau é criticado por Bougainville. Em sua viagem à Patagônia, ao conhecer o modo de vida destes povos, Bougainville fica um pouco horrorizado. “(...) Desnudados de tudo, eles são livres sem dúvida, mas eles pagam muito caro por esta liberdade”. Cf. Broc, N. (1975). p. 300.

¹² A expressão “conspiração natural” é de autoria de Haendel, citado por Derathé, R. (1979).

posto que as minas se forma em lugares áridos e desprovidos de árvores e de plantas, podendo-se até imaginar que a natureza tomara precauções para esconder-nos esse segredo fatal. (SD, p. 265).

A natureza, como no *Primeiro discurso* procurou poupar o homem do sacrilégio da ciência, evita agora no *Segundo* lançá-lo na utilização do ferro. Como que sábia e previdente, a natureza procura afastar dos homens os instrumentos que deflagarão a sua trágica ruptura. Mas o homem já portador do conhecimento, não se contenta em ficar no estágio de caçador e pescador. Se até em longínquo passado o homem era ocioso e apático, já sabe, nesse momento, observar e repetir as operações da natureza. Assim, ao observar o movimento do vulcão, pôde pensar em como se produzir ferro.

“Não resta, pois, senão a circunstância extraordinária de algum vulcão que, vomitando matérias metálicas em fusão, deu aos observadores a idéia de imitar essa operação na natureza.” (SD, p.170). O vulcão não é entendido, nesse momento, como fenômeno que colocasse em risco a sobrevivência do homem. Rousseau salienta que o homem se torna observador da natureza e aprende a reproduzir alguns de seus mecanismos. Quando se coloca a produzir o ferro não é porque a condição de sobrevivência do homem estivesse em perigo, como nos estágios antecedentes. Nesse momento, a natureza se torna um instrumento: a partir dela o homem produz o ferro.

As alterações não estacionam só na utilização do ferro; do surgimento da metalurgia se desenvolve a agricultura. Os homens já haviam percebido como se produziam os frutos da natureza, mas ainda se dedicavam a tal atividade limitadamente. O impulso para o desenvolvimento da agricultura ocorre devido à utilização do ferro. Assim que surgem homens que forjam o ferro é preciso uma atividade: o cultivo do trigo para os alimentar. O trabalho se divide: os ferreiros de um lado, os agricultores de outro. Do cultivo da terra nasce a dificuldade de dividir o solo, e daí resulta o direito à propriedade.

Entretanto, essa situação não é equilibrada. As trocas entre os ferreiros e os agricultores são desiguais. O lavrador necessita de ferro para construir seus instrumentos de trabalho, o ferreiro precisa de trigo para alimentar-se. Mas nem sempre

o trigo tem o mesmo valor que o ferro e se impõe uma diferença entre os valores dos produtos. E ainda: trabalhando menos, os mais fracos passam a depender dos mais fortes e daí a harmonia do segundo estágio da natureza se rompe. “(...) foram o ferro e o trigo que civilizaram os homens e perderam o gênero humano.” (SD, p.265).

Segundo Rousseau, foram os europeus que desencadearam o mau uso da técnica (metalurgia e agricultura), e nesse momento é que o estado de natureza assume em Rousseau a característica de conceito normativo. Há dois bons selvagens – os caçadores e os pescadores -, os Caraíbas da América que não conheceram o trigo e puderam se salvar-se desse estado generalizado de desequilíbrio; e por outro lado, os europeus, que aniquilaram o estado de natureza. Com as inovações técnicas aprimoram-se outras faculdades, que para Rousseau se equivalem a vícios: a polidez, a vaidade, o amor próprio. O estado de liberdade se altera em uma teia de dependência desigual entre os homens: um homem se torna escravo de outro homem. Dada a desigualdade nesse estado, os homens não possuem mais o exercício suficiente da liberdade para escolher e determinar a melhor forma de associação. Para se verem libertos da violência deste estado fundam a sociedade, mas o surgimento dessa sociedade já nasce legitimada pela desigualdade e corrompida por todos os vícios. Aqui, o real pessimismo de Rousseau, longe de ver nessa associação uma salvação para os homens, leva-o a considerar que é nesse momento que se legitima a queda da história. Saem do estado de natureza e instituem a ordem civil, mas essa ordem se expressa no surgimento de uma “má sociedade”. O homem natural desaparece, aniquilado pelo uso da sua perfectibilidade. A natureza perde para a história, mas a história que triunfa é a de uma sociedade degenerada.

O pensamento rousseauiano sobre o estado de natureza é instigante. A relação entre o homem e a natureza, mesmo no estado mais puro, da maior indolência foi assinalada por um certo conflito, ainda que reservado para ser desencadeado em tempo futuro: até quando a natureza tudo ofertava o homem nada criou. Passivo e pacífico, anulou-se diante da natureza. Contudo, o homem era diferente da natureza, pois possuía uma razão, ainda que adormecida. Bastou que a natureza colocasse em risco sua sobrevivência, para que o homem a desenvolvesse.

Este raciocínio sobre a origem do surgimento da razão nos leva a algumas perguntas: porque o homem somente utilizou de seu conhecimento em condições hostis? Se o homem já possuía o dom da perfectibilidade por que somente o exercitou quando estava em perigo? Sendo com, e ainda portador de virtual razão, quais os motivos que o impediram de colocar sua razão para funcionar em situações desfavoráveis?

A questão, pensamos, é que para Rousseau razão e sociabilidade se coadunam no sentido de queda da história. À medida em que o homem vai entrando na história e afastando-se da natureza, a razão que se afirma é negativa. Aperfeiçoando-se intelectualmente o homem instrumentaliza-se, mas estabelece desigualdade entre os homens. Para Rousseau o homem que pensa é um animal depravado por não ter conduzido sua razão para o uso do bem. Sendo bom em sua origem (ainda que hipotética), desviou-se de sua essência natural e edificou uma sociedade que caminha contra a natureza. Quanto mais se socializa constrói técnicas e se torna antinatural.

Apesar de constatar a péssima história edificada pelos homens, Rousseau teve a lucidez necessária para reconhecer que o retorno ao estado de pura natureza seria impossível. Esse tempo ficou para trás, não pode mais ser vivido. O que passa a interessar é sobre qual a melhor forma de substituir a liberdade perdida no estado de natureza por outra liberdade no estado civil. Daí a saída de Rousseau será pelo *Contrato Social*. Cabe-nos então perguntar: qual será o lugar e a função que a natureza ocupará o Contrato Social?

4. A natureza no estado civil: a bela e a boa natureza

No início do *Contrato Social* Rousseau descreve: “o homem nasce livre e por toda a parte encontra-se a ferros.” (Livro I, p. 22). O resgate de tal liberdade estaria no retorno ao estado de natureza perdido? Para Rousseau, não. O estado de natureza deve ser aniquilado. O ideal do bom selvagem permanece uma ficção, um romance que pode ser escrito, mas não vivido. O retorno à simplicidade dos primeiros tempos é apenas lembrança, mas não verídica no plano da história. As leis naturais que regiam um imaginário mundo de felicidade e de liberdade devem ser substituídas

pelas leis positivas. O homem se degenerou por demais para que possa voltar à sua bondade natural. Sendo a liberdade do estado de natureza impossível de ser vivida, é necessário garantir ao homem outra liberdade que o recompense da perda da liberdade natural, é e nesse sentido que ele desenvolve sua idéia de um contrato entre os homens. Rousseau, que nostalgicamente invoca tanto a necessidade do estado de natureza, põe-se agora a invocar as vantagens da sociedade civil:

Embora nesse estado se prive de muitas vantagens que frui da natureza, ganha outras de igual monta: suas faculdades se exercem e se desenvolvem, suas idéias se alargam, seus sentimentos se enobrecem, toda a sua alma se eleva a tal ponto, que, se os abusos dessa nova condição não o desagradassem frequentemente a uma condição inferior aquela donde saiu, deveria sem cessar bendizer o instante feliz que dela o arrancou para sempre e fez, de um animal estúpido e limitado, um ser inteligente e um homem. (CS. Livro I. Cap.VIII. p.36).

O olhar de Rousseau sobre o estado de natureza agora é outro. O autor do *Segundo Discurso* que voltava os seus olhos para aquela bela praia ornada de felicidade e de liberdade, qualifica os seus idílicos homens naturais como estúpidos e limitados, pois nesse estado o homem era privado da faculdade de pensar. Assim, o modo de vida natural, que se pautava na satisfação dos instintos naturais, deve ser sufocada para o aperfeiçoamento do homem civil. No livro II, capítulo VII, do *Contrato Social*, ao determinar as funções do legislador, Rousseau radicaliza:

Aquele que ousa a empreender a instituição de um povo deve sentir-se com capacidade para, por assim dizer, mudar a natureza humana, transformar cada indivíduo, que por si mesmo é um todo perfeito e solitário, em parte de um todo maior, do qual de certo modo esse indivíduo recebe sua vida e seu ser; alterar a constituição do homem para fortificá-la; substituir a existência física e independente, que todos nós recebemos da natureza, por uma existência parcial e moral. Em uma palavra, é preciso que destitua o homem de suas próprias forças para lhe dar outras que lhe sejam estranhas

e das quais não possa fazer uso sem socorro alheio. Na medida em que tais forças naturais estiverem mortas e aniquiladas, mais as adquiridas serão grandes e duradouras, e mais sólida e perfeita a instituição, de modo que, se cada cidadão nada for, nada poderá senão graças a todos os outros, e se a força adquirida pelo todo for igual ou superior à soma das forças naturais de todos os indivíduos, poderemos então dizer que a legislação está no mais alto grau de perfeição que possa atingir.

Aquela natureza, tão pura, que era a essência do homem do estado de natureza, deve ser agora alterado em outra natureza. Na sociedade do *Contrato Social* não há mais lugar para a natureza do estado de natureza. A posição de Rousseau é incômoda, por seu radicalismo: o *Contrato Social* não tem como alvo somente equilibrar o uso dos recursos naturais¹³ ou defender uma forma de governo em função do clima¹⁴: as alterações na natureza do homem devem ser radicais. Para o *Contrato* ser perfeito é necessário que toda aquela natureza que existira antes de qualquer ação humana – naquele homem que Rousseau tão nostálgicamente invocava, errando pelos bosques, vivendo tão-somente na satisfação dos seus instintos – seja aniquilada em prol de uma moral. O estado de natureza perde sua força crítica que perfilhava o *Segundo Discurso* e se torna um quadro ilustrativo e exótico: em algum lugar dessa terra há povos que são diferentes, mas a natureza do homem do *Contrato Social* não deve ser como a destes povos. O homem do *Contrato* deve ser bem educado e esclarecido, daí os personagens fictícios: a virtuosa Julia, o racional Sr. De Wolmar, o equilibrado e sensato *Emílio*, o heróico Saint-Preux.

Seguindo cronologicamente as reflexões de Rousseau o *Contrato Social* foi escrito mais ou menos 16 anos após a publicação do *Primeiro* e do *Segundo Discurso*. Nesse ínterim, que se inicia na premiação do *Primeiro Discurso* até seu voluntário confinamento em Montmorency Mont-Louis, Rousseau pode, no contrato apaziguador de suas caminhadas campesinas, concluir que a indolência e a bondade do homem primitivo não mais poderiam ser vividas. Mas o que inquieta é justamente isso: ao escrever o *Contrato Social*, o

nostálgico naturalista do *Segundo Discurso* nega a natureza do homem primitivo? A resposta poderia ser encontrada já no *Primeiro Discurso*. Apesar de sua exaltada apologia da natureza, Rousseau também já se sente enaltecido pelos frutos vindouros da modernidade, haja vista sua referência a Descartes. Em o *Emílio*, apesar da reverência e da referência da natureza na primeira infância do seu aluno, à medida em que esse cresce e se torna homem a função da natureza vai reduzindo-se. A natureza tem força total na infância, mas quando *Emílio* já está quase para tornar-se homem é a voz do vigário cartesiano que ensina o preceptor (Rousseau), que por sua vez ensinará a *Emílio* que a natureza é pura ordem mecânica: incessantemente um movimento de causa e efeito. Ao fim do livro V, a natureza se aumenta por completo. É a doutrina do *Contrato Social* que toma força.

Vale frisar que, mesmo na educação infantil de *Emílio*, a natureza requisitada não foi a mesma no *Segundo Discurso*. Neste *Discurso*, a natureza era desencadeada por catástrofes (terremotos, separação dos continentes) e em o *Emílio* e no *Contrato social* a natureza já está pacificada. Quando Rousseau escreveu o *Emílio*, a Europa havia sido aturdida em 1755 pelo terremoto de Lisboa, mas o preceptor não o menciona. As grandes catástrofes servem como cenário no *Segundo Discurso* para ilustrar a vida do homem primitivo. Mas, quando o homem se culturaliza a natureza se ordena. *Emílio* é um ser educado para a sociedade, e nesse sentido a natureza deve ilustrar o ideal de sociedade: ordem e perfeição. Em outras palavras, se Rousseau concebesse que na natureza pudesse ocorrer também a desordem, equivaleria a aceitar a desordem na história. Apesar de ter demonstrado a relação de conflito entre a natureza e o homem (que se concretizou a partir das catástrofes hostis ao homem), em Rousseau natureza é sempre boa, e bondade equivale a perfeição e regularidade. O que Rousseau deseja é que entre o homem e a natureza possa ser estabelecido um pacto de equilíbrio, pois é esse equilíbrio que mantém a ordem da sociedade. Para haver tal equilíbrio, Rousseau concebe uma natureza perfeita e daí naturaliza a sociedade do *Contrato Social*. Da mesma maneira que defendeu a

¹³Ver *Contrato Social*. Livro II. Cap. XI.

¹⁴Ver *Contrato Social*. Livro III. Cap. VIII.

bondade em Deus, Rousseau defende a bondade na natureza, pois somente assim pode manter o seu otimismo antropológico: o homem é bom. Caso Rousseau denegasse este valor de bondade à natureza, e também denegasse uma essência inata valorativa ao homem, o *Contrato Social* perderia o seu fundamento, pois segundo Rousseau o *Contrato* somente tem garantia de ser aplicado em povos não muito corrompidos, em que a bondade natural possa ainda ser resgatada. Talvez em seu romance: a comunidade de Clarens; no indivíduo: Emílio; e no plano da história: o povo de Córsega.

Convém frisar também que a perfeição da sociedade almejada no *Contrato Social* necessita da uniformidade das opiniões e das crenças de todos os homens, e a natureza, em seu movimento uniforme, ilustra e serve como referência a esse ideal do *Contrato*. Num século como o XVIII iluminista, em que a natureza tudo significa e representa, seria normal Rousseau projetar sobre a natureza o seu ideal de sociedade. Para a sociedade atingir a perfeição é preciso conceber uma natureza que também seja uniforme e perfeita. Nem Emílio, nem Julia, Saint-Preux, Sr. de Wolmar e nem o próprio Rousseau em seus *Devaneios*, sequer mencionam sobre qualquer alteração na natureza.

Concebendo a natureza do *Contrato* apenas como recurso ou como determinando formas de governo, é em *A nova Heloisa* que Rousseau invoca a natureza, um tanto diferente da maneira em que ele a referencia no *Contrato*. Ao defender no *Contrato* o aniquilamento do estado de natureza, ele passa a recusar tudo aquilo que não é mais considerado como cultura, mas por outro lado Rousseau não recusa a natureza; a natureza que passa a ser reverenciada é a natureza que sirva como cenário para o triunfo de seu ideal moral e político. A natureza está presente, mas não uma natureza qualquer. Sua escolha recai naquela que ilustre o seu estado de espírito e que lhe agrade os sentidos, daí o jardim de Julia, as herborizações, o refúgio na ilha deserta, a exaltação da vida campesina nas montanhas alpinas, a calma junto ao de Bienne.

Em *A nova Heloisa* as palavras mais abundantes são *natureza* e *virtude*. A natureza é o cenário, o quadro para a conquista da virtude. Quando Saint-Preux sofre, a paisagem é hostil, as

águas são turbulentas. Quanto Saint-Preux encontra em sua antiga amante uma amiga exemplar e um modelo de família, é o jardim de Júlia – o Eliseu -, que serve como palco para um novo acordo entre Saint-Preux, Sr. de Wolmar e Julia. Saint-Preux se inebria ao adentrar o jardim “(...) julguei ver o lugar mais selvagem, mais solitário da natureza e parecia-me ser o primeiro mortal a ter alguma vez penetrado nesse deserto.”¹⁵ A habilidosa Julia, contando com o trabalho de seus camponeses, pode construir um jardim tão perfeito que trazia a ilusão de que tudo ali era somente obra da natureza. Mas nada ali era selvagem. Diz Julia a Saint-Preux: “É verdade, (...) que a natureza fez tudo, mas sobe a minha direção e nada há aqui que eu não tenha organizado.”¹⁶ A arte de Julia é tão perfeita, que apaga os vestígios de qualquer ação humana. Há uma organização do natural que tem por finalidade a ilusão do retorno, do triunfo da natureza. O trabalho humano está como que ausente. Assim Rousseau conquista o seu desejo: natureza e homem são tão perfeitos que não se opõem. O trabalho de Julia imita a natureza, mas essa natureza não é a natureza do estado de natureza e não é nada hostil ao homem. É uma natureza que traz refúgio, acolhimento, como que feita para agradar e sensibilizar a alma humana. Assim, Saint-Preux pode isolar-se nesse pequeno deserto, pois nada ali o faz lembrar a presença do homem e, como que hipnotizado pela selvageria laboriosa da natureza, pode entrar em comunicação direta com a natureza.

Por outro lado, não poderíamos negligenciar que ao escolher a *bela natureza* como cenário para apologia da moral virtuosa, Rousseau se faz, na segunda metade do século XVIII, excelente observador e descritor de paisagens. No dizer de Broc: “era preciso esperar Rousseau para que o séc. XVIII redescobrisse as altas montanhas dos alpes.” (BROC, N. 1975, p. 10). Ao protagonizar o seu romance *A nova Heloisa* no sopé da montanha alpina, Rousseau não poupou a sua verve de observador e enaltecido pela paisagem vista assim a descreveu:

Não era somente o trabalho dos homens que tornara estas regiões estranhas tão bizarramente contrastantes, a natureza parecia ter prazer também em alocar-se em

¹⁵ *A Nova Heloisa*, Parte IV. Carta XII. p.140.

¹⁶ Idem.

oposição a si mesma, de tal forma a víamos de maneira diferente no mesmo lugar sob diferentes aspectos. A leste, as flores da primavera, ao sul, os frutos do outono, ao norte, os gelos do inverno: ela reunia todas as estações no mesmo instante, todos os climas no mesmo lugar, terrenos contrários no mesmo solo e formava a harmonia, desconhecida em qualquer outra parte, das produções das planícies e dos Alpes. Acrescentai a tudo isso as ilusões de ótica, os cumes dos montes diferentemente iluminados, o claro-escuro do sol e das sombras e todas as variações luminosas que resultam pela manhã e à noite. (A Nova Heloísa. Parte I. Carta XXIII, p.82).

Em um momento no qual faltava o conceito de paisagem, a singularidade de Rousseau é que suas descrições expressam o idílio de uma paisagem bela de ser contemplada como também a simplicidade do modo de vida camponês. Sua paisagem observada apaga e nega o difícil e acre convívio com os homens. Selecionou uma certa natureza, a que lhe trouxesse gozo ao ser contemplada, mas sempre reconheceu que entre o homem e a natureza havia uma distância intransponível. Assim como o homem primitivo se perdeu, a natureza primitiva se ordenou para entrar para a história. Contudo, há um desejo recôndito no homem por essa natureza perdida e daí a necessidade do reencontro. Mas esta natureza é uma representação de uma natureza selvagem, não é a natureza do estado de natureza, pois essa não mais existe, se é que tenha existido para Rousseau. O que lhe resta, e isso ele faz genialmente é trazer para o homem a paisagem para ser contemplada, mas ausente de toda a marca do conflito entre o homem e a natureza. Uma paisagem sobretudo aprazível aos olhos.

Considerações Finais:

No livro a *Antinatureza*. o filósofo Rosset (1989) em poucas palavras, aponta que em Rousseau não há a ideia de natureza, pois Rousseau, contrariamente aos que muitos consideram, recusa o que é natural. Denega a natureza e cria uma outra natureza, a que lhe satisfaz. Para Rosset, Rousseau deve ser visto mais como exímio artificialista, do que como apologista

da pura natureza. Concordamos parcialmente com Rosset. Rousseau criou a sua natureza. Mas isso não significa que não há em Rousseau uma idéia de natureza. O que podemos levantar é que Rousseau não acreditou e nem se entregou incondicionalmente a natureza e criou uma certa idéia de natureza. Projetou a natureza que considerava necessária para ilustrar suas intenções, seus ideais políticos e também para dar sentido à sua existência. Racional, reconheceu que entre ele a natureza, somente por nomes e conceitos a natureza seria apreendida. Afetivo, mas não irracional, impregnou a natureza de suas intenções. Há sim uma idéia de natureza em Rousseau, e esta deve ser entendida enquanto função a desempenhar, e essas funções configuram-se distintas entre si em cada situação. A natureza tanto pode ser regra de comportamento, como também conjunto de leis mecânicas; pode ser também aquela natureza, essência humana, que significa o que o homem tem de próprio e lhe foi dado antes da História e da cultura; há a natureza intempestiva que rompeu com o estado de letargia do homem primitivo; há ainda as paisagens naturais, belas para serem contempladas em variadas formas e cores; há a natureza enquanto recurso no *Contrato Social*. Entretanto, mesmo a natureza estando presente em todos os seus escritos, e aqui concordamos com Rosset, isso não significa que Rousseau seja um apologista da natureza. Rousseau reconhece a ruptura entre o homem e a natureza e ele a aceita, tanto que se esforça por substituir o natural pela virtude. Mas, o grande problema de Rousseau é que ao mesmo tempo que ele toma consciência dessa cisão, ele lamenta essa ausência da natureza no homem. É essa falta da primeira natureza que Rousseau procura compensar, mas sabe de antemão que tudo que sai das mãos do homem é imperfeito, efêmero e limitado. A constante referência à natureza em seu pensamento deve ser entendida mais como a de um homem que se sente arrancado e separado da natureza do que a de um homem que se sente unido à natureza.

Referências Bibliográficas

Obras de Rousseau:

ROUSSEAU, J. J. Discours sur l'origine et les fondements de l'inégalité. Oeuvres Complètes III. Paris: Galimard, Bibliothèque de la Pléiade, 1964.

_____. Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1991.

_____. Discours sur les sciences et les arts. Oeuvres Complètes III. Paris: Galimard, Bibliothèque de la Pléiade, 1964.

_____. Discurso sobre as ciências e as artes. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1978.

_____. *Do Contrato social*. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1991.

_____. *Júlia ou A Nova Heloísa*. São Paulo - Campinas: Hucitec/Ed. Unicamp, 1994.

_____. *Emílio ou da Educação*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

Obras de outros autores:

BROC, Numa. *La Géographie des Philosophes. Géographes et voyageurs français au XVIII^e siècle*. Paris: Ophrys, 1975.

DERATHÉ, Robert. *Le rationalisme de Jean-Jacques Rousseau*. Genève: Slatkine Reprints, 1979.

LENOBLE, Robert. *História da idéia de Natureza*. Rio de Janeiro: Edições 70, 1990.

EHARD, Jean. *L'idée de nature en France à l'aube des Lumières*. Paris: Flammarion, 1970.

ROSSET, Clement. *A antinatureza: elementos para uma filosofia trágica*. RJ: Espaço e Tempo, 1989.

STARONBINSKI, Jean. *Jean-Jacques Rousseau – a transparência e o obstáculo*. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

Artigo recebido em 15/12/2011

Artigo aprovado em 26/02/2012